

Resposta às pautas da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu e compromissos com a pecuária de Minas Gerais

Uberaba, 21 de agosto de 2026.

Ao Senhor

Arnaldo Manuel de Souza Machado Borges

Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu

Prezado Arnaldo,

Recebi com grande respeito as contribuições da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu para o fortalecimento da pecuária de Minas Gerais. A ABCZ construiu em Uberaba uma instituição de dimensão nacional e reconhecimento internacional. Sua história mostra como a união entre ciência, produtor rural e tecnologia pode transformar a capacidade produtiva de um país.

Os temas apresentados formam uma agenda concreta para Minas Gerais: crédito, defesa sanitária, infraestrutura, melhoramento genético e sustentabilidade. Há grande convergência entre essas prioridades e o Plano de Governo que construímos.

Minha resposta também parte de uma distinção responsável. Há compromissos que o Governo de Minas Gerais pode executar diretamente. Há decisões nacionais sobre comércio exterior, crédito rural, defesa comercial e seguro rural que dependem do Governo Federal. Nesses casos, o governador deve liderar a articulação institucional e defender os produtores de Minas Gerais sem prometer aquilo que não pode decidir sozinho.

Como instrumento de execução, proponho instalar nos primeiros 180 dias de governo uma Mesa Técnica da Pecuária de Corte e Leite, com participação de ABCZ, BDMG, Cemig, Emater-MG, Epamig, IMA e Seapa. A mesa terá agenda regular sobre crédito, defesa sanitária, energia, infraestrutura, melhoramento genético e sustentabilidade, com compromissos registrados e acompanhamento público.

1. Melhoramento genético e apoio ao produtor

Assumo o compromisso de fortalecer, preservar e regionalizar o Pró-Genética, incluindo sua modalidade digital. O programa não deve ser tratado apenas como uma sequência de feiras. Ele precisa integrar assistência técnica, acesso ao financiamento e acompanhamento dos resultados produtivos.

A Emater-MG terá papel essencial na identificação e na orientação dos pequenos e médios produtores. A Epamig será fortalecida na pesquisa agropecuária aplicada. O IMA assegurará os critérios sanitários necessários. A ABCZ continuará contribuindo com a qualidade técnica e a certificação da genética oferecida.

Queremos ampliar o acesso a touros e matrizes melhoradores e acompanhar os efeitos dessa política sobre fertilidade, leite, peso e renda. O programa deverá ter indicadores regionais sobre animais adquiridos, eventos realizados e produtores atendidos.

Melhoramento genético não pode permanecer restrito aos grandes plantéis. A genética produzida com excelência precisa chegar ao rebanho comercial e melhorar a vida de quem produz carne e leite em pequena ou média escala.

2. Crédito, financiamento e seguro rural

O Plano Safra e os principais mecanismos de subvenção ao seguro rural pertencem à esfera federal. O governador não define sozinho a Selic, os subsídios federais ou o volume nacional de recursos. O Estado pode fazer mais do que apenas assistir a essas decisões.

Vamos reunir ABCZ, BDMG, cooperativas de crédito, Emater-MG e seguradoras para mapear as necessidades da pecuária e estruturar instrumentos compatíveis com os ciclos da atividade. A assistência técnica deverá apoiar o produtor na elaboração dos projetos e na escolha da modalidade mais adequada.

A agenda deverá considerar financiamento para custeio e investimento, especialmente em energia renovável, genética, recuperação de pastagens e rastreabilidade.

Não vou anunciar subsídio, taxa ou volume de crédito sem apresentar fonte orçamentária, impacto fiscal e modelo operacional. Meu compromisso é construir alternativas executáveis e mobilizar os instrumentos estaduais e federais disponíveis.

Também vamos apoiar tecnicamente a discussão sobre seguro pecuário. A perda de um animal não corresponde apenas ao seu valor imediato. Ela pode significar perda futura de bezerros e de produção leiteira. O seguro precisa compreender melhor a realidade econômica do rebanho.

3. Abertura de mercados, concorrência leal e defesa sanitária

Nosso Plano de Governo prevê modernizar o IMA e fortalecer o sistema estadual de defesa sanitária animal e vegetal. Vamos ampliar capacidade laboratorial, fiscalização, rastreabilidade digital e vigilância epidemiológica.

A prevenção sanitária é mais eficiente e menos onerosa do que enfrentar uma emergência depois que ela se instala. Também é condição para preservar empregos e mercados.

O Estado deverá manter integração permanente entre ABCZ, IMA, Ministério da Agricultura, municípios e setor produtivo. Informação sanitária não pode ficar fragmentada entre instituições.

Vamos enfrentar abate clandestino, adulteração de produtos e fraudes fiscais e sanitárias. O produtor que segue as normas não pode disputar mercado com quem reduz custos por meio da ilegalidade.

As regras nacionais sobre defesa comercial, importações e nomenclatura de produtos não são definidas pelo governador. O Governo de Minas Gerais terá posição ativa nesses debates perante a União. Dentro do Estado, asseguraremos que carne e leite sejam fiscalizados de maneira técnica e que todos cumpram as mesmas regras fiscais e sanitárias.

A abertura de mercados depende de credibilidade. Rastreabilidade confiável e sanidade reconhecida são ativos econômicos para Minas Gerais.

4. Pastagens, regularização e sustentabilidade

Produção e proteção ambiental não são agendas opostas. O produtor precisa de regras claras e apoio técnico para produzir com segurança jurídica.

Nosso Plano de Governo prevê acelerar a validação do Cadastro Ambiental Rural e a implantação dos Programas de Regularização Ambiental. Também propõe integrar os sistemas estaduais de meio ambiente, produção rural e recursos hídricos, reduzindo sobreposições e dando previsibilidade a quem cumpre a legislação.

Quero construir com ABCZ, Emater-MG, Epamig e universidades uma agenda de ampliação do Integra Zebu em Minas Gerais. A recuperação de pastagens degradadas deve combinar assistência técnica e acompanhamento de resultados.

Recuperar pastagens significa aumentar a produtividade sem ampliar desnecessariamente a área ocupada. Também significa proteger água, produtividade e solo.

A política estadual de energia limpa poderá apoiar soluções ligadas a biodiesel, biogás, energia eólica e energia solar. Resíduos da atividade pecuária podem ser tratados como parte de uma cadeia energética e produtiva.

A sustentabilidade precisa produzir resultado ambiental e econômico. Não pode ser apenas uma exigência documental imposta ao produtor.

5. Energia rural e responsabilidade da Cemig

Energia na propriedade rural não é conforto. É infraestrutura de produção e segurança. Dela dependem bombeamento de água, ordenha e resfriamento do leite.

O episódio ocorrido em Itapagipe é emblemático. Três vacas leiteiras morreram depois do rompimento de um cabo de energia dentro de uma propriedade rural. O prejuízo foi reconhecido judicialmente. O caso mostra que falha na manutenção da rede pode causar perda econômica e risco à vida.

Como já declarei, comigo a Cemig não será privatizada. Isso aumenta a responsabilidade do governador de cobrar qualidade de uma empresa controlada pelo Estado.

A Cemig deverá publicar indicadores regionais sobre duração das interrupções, frequência das falhas, manutenção preventiva e tempo de atendimento. Também deverá instituir um protocolo operacional para ocorrências críticas na zona rural, especialmente quando houver cabos rompidos ou risco para animais e pessoas.

Vamos mapear capacidade de carga, extensão da rede, pedidos pendentes e qualidade do fornecimento nas regiões produtoras. A expansão da infraestrutura elétrica precisa acompanhar a modernização das propriedades e o crescimento da atividade.

O produtor rural não pode perder produção porque o Estado tratou a energia do campo como questão secundária.

6. Infraestrutura, logística e segurança

A pecuária competitiva depende de estradas seguras e logística eficiente. Nosso Plano de Governo prevê manutenção rodoviária baseada em contratos por desempenho, mapas de risco e projetos executivos.

Também vamos estruturar projetos ferroviários capazes de captar recursos federais e buscar terminais intermodais que reduzam o custo de circulação de insumos e produtos.

O Triângulo Mineiro terá um arranjo regional de desenvolvimento com polos como Araguari, Uberaba e Uberlândia, sem limitar a participação de outros municípios. O objetivo será integrar as políticas de agroindústria, comércio e serviços às necessidades do território.

Na segurança pública, criaremos o Centro Integrado de Inteligência Criminal. Ele reunirá análise criminal, base de dados, diagnóstico territorial e monitoramento de rotas.

A política de segurança rural deverá enfrentar abigeato, furtos, roubos de cargas e roubos de insumos. As rotas produtivas precisam ser acompanhadas em cooperação com municípios e forças federais quando necessário.

O Estado também precisa recuperar sua capacidade ordinária de custear combustível e manutenção das forças de segurança. O produtor e a prefeitura não podem ser obrigados a financiar aquilo que é responsabilidade estadual.

7. Diálogo permanente e avaliação dos resultados

A relação entre o Governo de Minas Gerais e a ABCZ não pode se limitar à abertura da ExpoZebu. Ela precisa ser institucional durante todo o governo.

A Mesa Técnica da Pecuária de Corte e Leite terá agenda anual, indicadores públicos e reuniões periódicas. Cada política deverá informar custo, meta, prazo e resultado.

Nossa Comissão Independente de Avaliação e Resultados também poderá analisar os programas voltados ao setor. A finalidade será saber se o recurso público aumentou a produtividade e se chegou ao produtor que precisava dele.

Arnaldo,

A ABCZ e os produtores não precisam que o governo ensine a criar gado. Precisam de um Estado que ofereça defesa sanitária, energia, infraestrutura e suporte técnico.

Meu compromisso é construir uma relação técnica e permanente. Aquilo que funcionar será ampliado. Aquilo que não funcionar será corrigido. Aquilo que eu assumir poderá ser acompanhado e cobrado.

Minas Gerais pode produzir com mais produtividade e renda sem abrir mão da segurança sanitária e da sustentabilidade. Para isso, o Governo de Minas Gerais precisa deixar de ser gargalo e voltar a ser parceiro de quem produz.

Com respeito e disposição para o diálogo,

Gabriel Azevedo

Candidato a Governador de Minas Gerais